

27 MAR 1988

ANL 810

Zona Marrom JORNAL DO BRASIL

A Constituinte fez da sua soberania uma blindagem reforçada para proteção dos privilégios de que se cercam os eleitos. Os constituintes mostram-se capazes de decidir com eficiência e rapidez apenas o que diz respeito às vantagens de que são titulares. De perfeição didática, como exemplo, foi a derrubada do voto distrital, que há mais de quarenta anos vem sendo reconhecido como uma necessidade política brasileira. Foi descartado como inconveniente aos mais fisiológicos interesses da representação política, tal como é entendida e praticada entre nós.

Entre meia dúzia de causas da crise política, que sempre abala os fundamentos institucionais da política nacional, a manutenção do voto proporcional nas eleições representativas é sempre lembrada por número cada vez maior de estudiosos e políticos. Nem assim o famigerado "esprit de corps" admite uma fórmula mista, ou a implantação gradual de um sistema que goza do reconhecimento universal de sua superioridade sobre o suspeitíssimo voto proporcional. Os defensores do exemplo americano nunca se lembram, em tempo, de que o distrito eleitoral é um dos pilares da democracia nos Estados Unidos. Os eleitos por essa panacéia invertebrada, que é o sistema proporcional de votação, só se lembram nas crises de responsabilizá-lo por tudo que invalida as nossas experiências democráticas. Logo depois, no entanto, esquecem.

Há uma única exceção, e mesmo assim restrita aos que fazem a sua primeira campanha eleitoral. O alto custo de uma campanha política atemoriza os que se habilitam pela primeira vez. Se o dinheiro é deles, as despesas assustam. Se se trata de recurso arrecadado nas mais diferentes e invisíveis fontes, o beneficiário treme à idéia de que os eleitores possam ficar sabendo de onde provém o dinheiro. Na segunda eleição, no entanto, os pruridos morais se acalmam e a certeza da impunidade afeioa o deputado ao sistema proporcional. O custo moral é maior na primeira viagem. Na segunda, ele já está insensibilizado.

A sociedade sabe muito bem da existência de uma zona marrom na vida dos candidatos e, por extensão, no próprio exercício do mandato representativo. O

eleitor não é mais tão ingênuo, depois de tudo que lhe é dado ver com os próprios olhos, para acreditar que possam existir beneméritos que façam doações elevadas pelos belos olhos dos candidatos. Quem financia os custos de uma campanha quer se ressarcir de alguma forma. E de alguma forma sempre se ressarcir, quase sempre contra o interesse público. Está, portanto, explicado por que os eleitos pelo voto proporcional se acumpliciam aos custos cada vez mais altos das campanhas eleitorais. É uma forma seletiva, que mantém à distância os pretendentes que não fazem parte do círculo fechado de confiança.

Não sendo interessados em moralizar, é claro que os beneficiários do voto proporcional valem-se dos absurdos custos das campanhas eleitorais para afastar competidores. A democracia que se dane, a representatividade que se lixe. O voto proporcional é um terreno onde as crises institucionais prosperam como erva daninha.

Os próprios deputados são contra a transparência na contabilidade dos gastos do candidato e do partido. Sendo dispensados de declinar a fonte dos financiamentos, os candidatos estão cientes de que, se vencerem, ninguém vai contestar-lhe o mandato; e se não se elegerem, muito menos. Não há interessados que sejam desinteressados quando lidam com a moralidade pública: ou o candidato não quer ser prejudicado, ou pouco está se lixando.

A democracia deu mais um passo atrás, pela via constituinte. O voto proporcional nos habilita, cada vez mais, ao descrédito representativo: raríssimos brasileiros se sentem representados, federal ou estadualmente. Não é de estranhar que o Brasil precise tanto de constituições novas e de recomeçar sempre do mesmo ponto, para não ir a lugar algum. O sistema distrital é um método de concentrar votos e responsabilidade política. Ótimo para a colheita dos pingados votos ideológicos é o sistema proporcional, de nenhuma significação para se fazer uma democracia onde o autoritarismo floresce, periodicamente, com maior facilidade.